



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

POLYANNA NAYANNA DE BRITO CALUÊTE

**DA SOCIEDADE AO ESPAÇO ESCOLAR: DISCUTINDO A
EXCLUSÃO DAS MULHERES LÉSBICAS**

**CAMPINA GRANDE-PB
AGOSTO DE 2018**

POLYANNA NAYANNA DE BRITO CALUÊTE

**DA SOCIEDADE AO ESPAÇO ESCOLAR: DISCUTINDO A
EXCLUSÃO DAS MULHERES LÉSBICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade Acadêmica de Geografia como
requisito para obtenção do título de Licenciado
em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra.
Sonia Maria de Lira.

**CAMPINA GRANDE - PB
AGOSTO DE 2018**

- C166d Caluête, Polyanna Nayanna de Brito.
Da sociedade ao espaço escolar: discutindo a exclusão das mulheres
lésbicas / Polyanna Nayanna de Brito Caluête. – Campina Grande, 2018.
51 f.
- Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação: Profa. Dra. Sonia Maria de Lira".
Referências.
1. Questões de Gênero – Lésbicas. 2. Exclusão das Mulheres
Lésbicas. 3. Sexualidade. 4. Lésbicas – Discriminação e Violência.
I. Lira, Sonia Maria de. II. Título.

CDU 305-055-34-055.2(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

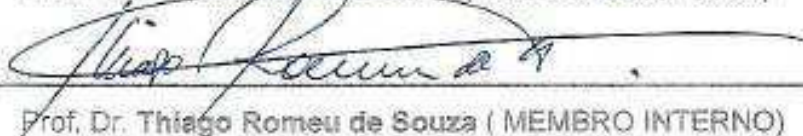
BANCA EXAMINADORA DE: POLYANNA NAYANNA DE BRITO CALUÊTE
TÍTULO: DA SOCIEDADE AO ESPAÇO ESCOLAR: DISCUTINDO A
EXCLUSÃO DAS MULHERES LÉSBICAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Campina Grande (PB), 02 de agosto de 2018


Prof.^a Dr.^a Sônia Maria de Lira (UFCC - Orientadora)


Prof.^a Dr.^a Rozesno Porto Diniz (MEMBRO EXTERNO)


Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza (MEMBRO INTERNO)

AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão importante, em que estou concluindo mais uma etapa, é momento de lembrar que só foi possível chegar até aqui, porque pude contar com o carinho e a gentileza da minha família e dos meus amigos. Primeiramente, agradeço imensamente a Deus, à minha irmã, à minha tia Adair, mas em especial ao meu pai e à minha mãe (*in memoium*), que me proporcionaram chegar até aqui. Mãe obrigada por cuidar tão bem de mim, mesmo não estando mais aqui entre nós, a senhora minha eterna gratidão.

Quero agradecer de todo meu coração a minha orientadora Sônia, pois só foi possível concretizar esse trabalho com sua dedicação e contribuição. E foi através dessa mulher arretada e guerreira que eu aprendi a lutar por uma educação melhor e para todos.

Aos companheiro(a)s de vida Arthur e Marciana, minha gratidão por toda escuta, reflexão e risadas no querido Chicão. Amo vocês! Aos meus amigos de sala que estiveram dividindo comigo os meus melhores momentos, em especial: Leticia, Ailson, Douglas, Mylena, Julia, Kátia, Eberth, Luilton, Livia, meu muito obrigado! Vocês são os melhores amigos e parceiros que eu pude ter para viver essa jornada.

Quero agradecer também aos amigos que a UFCG me trouxe: Lorena, Rodolfo, Nick, Mateus. Sou grata por ter vivido muitos momentos especiais ao lado de vocês. Não poderia deixar de agradecer aos amigos que a geografia me proporcionou fazer: Virginia, Elaine, Rafaela, Andresa, Annyinha, Juliana, Antônio, Tainá, Iluliane. A vocês o meu muito obrigada.

Meus préstimos ao corpo docente da UAG, em especial, aos professores: Thiago Romeu, Luíz Eugenio Carvalho, Lincoln Diniz, Debora Coelho, que tive a honra de ser aluna durante este curso. A vocês o meu muito obrigada!

Quero agradecer a Seu Olavo e Dona Salete da lanchonete, por sempre ajudar, seja em forma de lanche grátis, seja com uma palavra de carinho. As “tias” do Restaurante Universitário (RU) que durante esses anos na UFCG sempre lutaram junto conosco por uma comida e por um restaurante de qualidade.

Pra finalizar, agradeço ao Levante Popular da Juventude, à companheirada da Paraíba e toda a célula Ariano Suassuna. Em especial agradeço aos grandes companheiros que o Levante Popular da Juventude me trouxe: Bianca, Renato, Ana, Sochin, Giovanna, Camilinha e Eghon. Obrigado por me ensinarem o que sou hoje! A nossa rebeldia é o povo no poder.

Aos demais aqui não citados, perdão. Quero que saibam que sou igualmente grata a cada um.

“A menor gota de orvalho reflete, cintilante, todas as cores do arco-íris, mas os censores querem que o sol do espírito emita a cor cinza da burocracia” (Karl Marx, 1841).

RESUMO

O espaço diz sobre a sociedade, uma vez que não existe espaço sem indivíduo, nem indivíduo sem espaço. Portanto, o espaço escolar é também uma instância da sociedade que diferencia e normatiza os sujeitos que a compõe através dos vários agentes que nela atuam: professores, gestores, funcionários, etc. O currículo também é usado para manter ou modificar tal realidade, conforme aqueles que o construirão. Ou seja, o espaço escolar vai reproduzir as construções sociais e uniformizar todos e todas a partir destas. Em se tratando de orientação sexual, uniformizará em torno da construída esfera hegemônica, a heteronormativa. Por consequência da padronização, faz com que todos os sujeitos que não se encaixem nessa norma, sofram discriminação, violência e/ou exclusão. Por isso, o objetivo do presente trabalho é analisar os fatores que contribuem para o processo de exclusão das mulheres lésbicas do espaço escolar e entender as questões de gênero situadas neste espaço. Além disso, verificar se a discriminação sofrida por essas mulheres influenciaram no seu nível de escolarização, como também identificar aspectos referentes ao percurso escolar dessas mulheres que sofreram discriminação ou afastamento da escola. Como caminho metodológico, utilizamos a pesquisa qualitativa. Nesta perspectiva, realizamos entrevistas semiestruturadas com mulheres lésbicas que ainda frequentam a escola e outras que já se afastaram dela, como também utilizamos análise de conteúdo para a análise estrutural da entrevista. Como resultado, foi identificado, através das entrevistas, que a violência domiciliar se apresentou como fator determinante para o processo de exclusão educacional das mulheres lésbicas.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Violência; Discriminação; Exclusão.

ABSTRACT

Space says about society, since there is no space without an individual, or an individual without space. Therefore, the school space is also an instance of society that differentiates and normalizes the subjects that compose it through the various agents that work in it: teachers, managers, employees, etc. The curriculum is also used to maintain or modify such a reality, as those who build it. That is, the school space will reproduce the social constructions and standardize all and all from these. When it comes to sexual orientation, it will standardize around the constructed as hegemonic, the heteronormative. As a result of standardization, it causes all subjects who do not fit this norm to suffer discrimination, violence and / or exclusion. Therefore, the objective of the present study is to analyze the factors that contribute to the process of exclusion of lesbian women from the school space and to understand the gender issues located in the school space. In addition, to verify if the discrimination suffered by these women influenced their level of schooling, as well as to identify aspects related to the schooling of those women who suffered discrimination or withdrawal from school. As a methodological path, we use qualitative research. In this perspective, we conduct semi-structured interviews with lesbian women who still attend school and others who have already moved away from it, as well as using content analysis for the structural analysis of the interview. As a result, it was identified, through interviews, that domestic violence was a determining factor for the process of educational exclusion of lesbian women.

Keywords: Gender; Sexuality; Violence; Discrimination; Exclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	11
1 GÊNERO, SEXUALIDADE E A CONVIVÊNCIA COM AS DIFERENÇAS NA SOCIEDADE	13
1.1.1 O movimento feminista	16
1.1.2 A luta dos homossexuais e das mulheres lésbicas	18
1.1.3 Preconceito, discriminação, violência e exclusão	20
2 ESPAÇO ESCOLAR, RELAÇÕES DE GÊNERO E CURRÍCULO	25
2.1.1 Currículo enquanto instrumento de manutenção do <i>status quo</i>	26
2.1.2 Retrocessos e imposições dos setores conservadores ao sistema educacional quanto à questão de gênero	29
3 A EXCLUSÃO DOMICILIAR E ESCOLAR DAS MULHERES LÉSBICAS ..	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXO A	43
ANEXO B	46

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis, transexuais, transgênero) no mundo como cita o site *Catraca Livre* (17/05/2017). É também um país em que o falso moralismo está fortemente presente, fazendo com que as pessoas LGBT enfrentem discriminação e exclusão em todos os âmbitos e ambientes. A estas formas de discriminação estão inclusas as distinções com base em fatores como gênero, raça, etnia, classe, entre outros.

A escola é um dos principais espaços de socialização para a juventude e construção da cidadania. No entanto, está nem sempre é capaz de lidar com as diferenças existentes, em particular com as questões ligadas à identidade de gênero e sexualidade dos sujeitos. Por conseguinte, tal dificuldade tem acarretado sérias consequências às pessoas LGBT. E isso ocorre, porque em uma sociedade machista e capitalista, na qual o único modelo aceitável de identidade é a heteronormativa, com predominância do homem branco, qualquer pessoa que fuja desse conceito normativo está sujeito a sofrer discriminação e exclusão, nos diversos contextos socioespaciais.

Atualmente, o Brasil passa por um momento bastante delicado, com o aumento de uma onda conservadora, com a reprodução de ideias de cunho reacionárias, legitimadas pelo pensamento religioso fundamentalista, que desrespeita mulheres e LGBT's. Tais ideias vêm ganhando força e são estruturalmente apoiadas pela Bancada Cristã, por parte da “Elite”, que é predominante composta por homens brancos, heterossexuais, que reproduzem discursos preconceituosos que adentram as escolas e os demais espaços.

Esse discurso conservador faz com que muitas pessoas acreditem que a escola não é local para discutir assuntos como gênero e sexualidade, sob julgamento de que tais discussões estariam influenciando crianças e adolescentes a fazerem sexo precocemente, ou até a se tornarem homossexuais caso sexualidade fosse debatida dentro da escola. Mas, a necessidade de discutir esta temática na escola é ampliar o debate sobre machismo, sexismo entre outros temas, e combater qualquer tipo de discriminação e de violência que possa trazer a exclusão.

Por isso, o objetivo do presente trabalho é analisar os fatores que contribuem para o processo de exclusão das mulheres lésbicas do espaço escolar. E como objetivos específicos destacamos: entender as questões de gênero, enfatizando o espaço escolar; verificar se a discriminação sofrida por essas mulheres influenciou no seu nível de

escolarização; identificar aspectos referentes ao percurso escolar dessas mulheres que trazem discriminações ou afastamento da escola.

Nossa hipótese inicial era de que as mulheres lésbicas sofrem discriminações que provocam suas exclusões do espaço escolar, entretanto, com base nas entrevistas identificamos que a violência domiciliar apresentou-se como fator determinante desse processo de exclusão e afastamento do espaço escolar.

Neste contexto, o trabalho foi dividido em três momentos. No primeiro capítulo, denominado “Gênero, Sexualidade e a convivência com as diferenças na sociedade” buscamos diferenciar tais conceitos e discutir como os processos de resistências e organizações dos movimentos feminista e das mulheres lésbicas se deram, ao longo do tempo, como também conceituar: preconceito, discriminação, violência e exclusão.

No segundo capítulo “espaço escolar, relações de gênero e currículo” verificamos que o espaço diz sobre a sociedade, uma vez que não existe espaço sem indivíduos e nem indivíduos sem espaço. Portanto, o espaço escolar também é uma instância da sociedade. Logo, a escola também diferencia os sujeitos e normatiza os indivíduos que a compõe, seja reproduzindo as construções sociais e culturais de masculino e feminino, ou uniformizando todos e todas na mesma orientação sexual considerada hegemônica, a heteronormativa. A escola vai fazer isso através dos vários agentes que nela atuam, seja pela figura do professor e demais integrantes dela ou pelo currículo que apresenta.

Por fim, no terceiro capítulo intitulado “a exclusão domiciliar e escolar das mulheres lésbicas” aponta os resultados obtidos, descrevendo as discriminações sofridas por estas pessoas na escola, perpassada pela violência domiciliar, que foi determinante para que elas fossem excluídas, como também a própria violência escolar que trouxe afastamento no seu nível do percurso escolar.

Sendo assim, nossa pesquisa traz a importância de se ampliar as discussões acerca das temáticas de gênero e sexualidade, tanto na sociedade quanto no espaço escolar. O debate precisa ser feito para diminuir e quiçá, um dia acabar com os preconceitos, as discriminações e a violência. Além disso acredito que a Geografia, enquanto disciplina escolar pode contribuir com o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, sendo uma forte aliada no processo de superação de práticas e discriminatórias dentro e até mesmo fora da escola.

Nesta investigação usamos alguns caminhos metodológicos, os quais destacaremos a seguir.

METODOLOGIA

O espaço escolar é um campo vasto à pesquisa para nós geógrafos, podendo mostrar muitas possibilidades de incompletude e busca de renovação. Isto, porque ele também é influenciado pelos fenômenos perversos da sociedade capitalista, replicando a desigualdade de gênero, discriminação, preconceito, violência etc. Por isso, há necessidade de investigação que pense esse espaço nas suas contradições.

Dessa forma, como caminho metodológico utilizamos a pesquisa qualitativa a qual destaca que “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. [...] Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (GODOY, 1995, p. 21).

Nesta perspectiva, realizamos entrevistas semiestruturadas com mulheres lésbicas que ainda frequentam a escola e outras que já se afastaram dela, pois “a entrevista é [...] uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 105), contribuindo para o entendimento do fenômeno estudado de forma mais significativa.

Ademais, também utilizamos a análise de conteúdo que auxiliou com os dados que foram surgindo das entrevistas, pois é “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BERELSON, citado por GIL, op. cit p. 13). Sendo assim, as falas das entrevistadas foram fundamentais para a análise do fenômeno investigado, contribuindo para aprofundar nossa pesquisa e atingirmos os objetivos propostos.

As entrevistas foram feitas no mês de julho de 2018, entre estas 06 ocorreram no município de Campina Grande, mais precisamente 04 foram feitas na casa das entrevistadas e 02 no Colégio Estadual da Prata. A outra entrevista aconteceu no município de Queimadas, na residência da entrevistada.

A partir disso, fizemos a análise estrutural das entrevistas que se ateve “aos princípios diretores, às regras de encadeamento, de associação, de exclusão, de

equivalência aos agregados de palavras ou de elementos de significação...” (BARDIM, 1997, p. 205) a partir das falas das entrevistadas.

Mas, no processo inicial da pesquisa foi necessário ressaltarmos algumas questões conceituais a respeito da temática. Sendo assim, a seguir iniciaremos uma breve discussão sobre os principais conceitos da nossa investigação, entre eles: gênero e sexualidade.

CAPÍTULO I

GÊNERO, SEXUALIDADE E A CONVIVÊNCIA COM AS DIFERENÇAS NA SOCIEDADE

O conceito de gênero surgiu a partir do questionamento a respeito do papel da mulher na sociedade, ampliando-se para a produção artística, das ciências e da educação. Nesse sentido, ele se contrapõe aos argumentos das perspectivas de naturalização, em que se “justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as geralmente, as características biológicas” Louro (2010, p. 20) coloca, que a distinção sexual se sustentava nas diferenças entre homens e mulheres a partir das características dos corpos, reforçando que a natureza feminina é frágil e a masculina é forte. Para Campos (2009, p. 26):

Gênero é um conceito distinto do conceito biológico do sexo. Nas ciências sociais a questão de gênero é considerada de maneira complexa, não podendo ser compreendida fora das estruturas sociais e históricas. O gênero produz e é produzido nas diversas áreas da vida social, de forma simbólica, através da cultura, da ideologia, das práticas políticas e discursivas, ou seja, na divisão social do trabalho assalariado, na organização burocrática do estado, na manifestação da sexualidade e na estrutura da violência, principalmente a simbólica, que sempre afetou as mulheres.

Dessa maneira, é necessário compreender que as relações entre homens e mulheres, numa dada sociedade, não se dão só pela distinção sexual, mas também por uma construção social pautada no machismo, misoginia, sexismo, entre outros fatores que fazem parte de um “dispositivo histórico” que instituiu os papéis sociais normativos do feminino e masculino.

Louro (op. cit. p. 23) ressalta “que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem”. Assim, para compreendermos as relações e as desigualdades de gênero é importante perceber que a classe social ocupada pelo sujeito, as características religiosas, entre outros aspectos, vão definir os papéis dos sujeitos em cada contexto socioespacial.

Uma mulher, lésbica e negra, que mora numa periferia certamente sofrerá mais discriminação do que uma mulher lésbica branca da classe média, tendo ambas o mesmo gênero e a mesma orientação sexual. Isto, porque as questões de classe, raça e localização

geográfica, vão dimensionar e ampliar as discriminações sofridas. Essas diferenças são evidenciadas por Woodward (2000, p. 11), uma vez que para ela, embora, “a identidade seja marcada pela diferença, [...] algumas diferenças [...], são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e momentos particulares”.

Louro (op. cit. p. 24) também coloca que é necessário “entender o gênero como uma continuidade da identidade do sujeito”. Sendo assim, o gênero é apenas uma das características que constituem a identidade da pessoa, equivalente à sexualidade que também constitui tal identidade.

Campos (op. cit. p. 27) considera o gênero como “o caráter relacional [entre] masculino e feminino”, ou seja as inter-relações que se estabelecem na sociedade vão influenciar nesta determinação. Meyer (2007, p. 16) coloca que “a sexualidade tem a ver com as formas pelas quais os diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivem seus desejos e prazerem corporais, no sentido amplo”, ou seja, através das formas como vivenciam a identidade sexual, com sujeitos do mesmo sexo, do sexo oposto ou de ambos os sexos.

A sexualidade tem estado no centro da vida compondo as esferas do psicólogo, do político, do sociocultural, e do econômico, do filosófico e do religioso. A representação da sexualidade nas diversas esferas aparece em sentidos opostos, produzindo simbolismo, os quais tomam o corpo com lócus de sua produção. Assim a sexualidade inscreve-se no principal regulador dos sujeitos, diferenciando-se de acordo com as sociedades e deis contextos históricos (CAMPOS, op. cit. p. 27).

A sexualidade transcende a biologia. No entanto, faz parte dos sujeitos e do modo como esses vivem seus desejos, destacando-se que as identidades “estão profundamente inter-relacionadas”. Neste contexto,

[...] *Identidades sexuais* se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. (LOURO, ibidem, p. 26).

Desse modo, as identidades podem ser múltiplas e ao mesmo tempo estarem profundamente relacionadas. Entre elas podemos destacar: masculino e feminino; gays ou lésbicas (indivíduos que sentem atração física e desejo, apenas por pessoas do mesmo sexo, ou seja de homem por outro homem, ou, no caso das mulheres, por outra mulher); bissexuais (sentirem atração física e desejo pelo mesmo sexo e pelo sexo oposto). Como também, podem ser transexuais (possuindo uma identidade de gênero diferente do gênero do nascimento), dentre tantas outras identidades sexuais e de gênero existentes. Nessa perspectiva, identidade de gênero é diferente de identidade sexual.

Como podemos perceber, os diversos segmentos apresentam suas identidades de gênero e sexualidades de diferentes formas, mas na nossa sociedade patriarcal, capitalista, homofóbica, na qual o único modelo aceitável de identidade é a heterossexualidade, com predominância do homem, branco dominando os outros, inclusive o corpo feminino, qualquer pessoa que fuja desse conceito normativo está sujeito a sofrer preconceito. Por sua vez, esta é considerada “como rejeição, aversão, medo ou ódio irracional aos homossexuais e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heterossexuais ainda aceitos como normativos na nossa sociedade” (KOEHLER, 2013. p. 134).

Os atos homofóbicos são comuns e podem variar desde a violência física/agressão, violência simbólica como atos de insultos, ridicularização, nomeações pejorativas, ou até mesmo violência psicológica ou fatal, como foi o caso da travesti Dandara, em que foi espancada, torturada e em seguida foi assassinada, por cinco homens na cidade de Fortaleza (CE), citado no Jornal O Povo (07/03/2017).

O episódio da violência sofrida por ela é, na verdade, um ato transfóbico e ainda assim, apenas mais uma entre tantas outras violências que ocorrem aos homossexuais. O caso de Dandara teve grande repercussão, não por ter sido um ato de crueldade, mas por ter sido amplamente disseminado pela internet.

Dessa forma, são provocadas violências produzidas pelos preconceitos, além de outros tipos de exclusão destes segmentos da convivência social, dos direitos educacionais e de saúde pública, da vivência profissional, entre outros.

Neste contexto, também ocorreram resistências e organizações dos vários segmentos discriminados na sociedade, surgindo diversos movimentos: feministas, contra o racismo, sindicais, LGBTs, etc. Nesse trabalho, nos debruçaremos mais sobre aqueles vinculados aos das pessoas LGBTs e, especificamente das mulheres lésbicas no Brasil.

1.1 As lutas pela autonomia no uso do corpo

1.1.1 O movimento feminista

O movimento feminista teve importância fundamental na luta pela redefinição dos papéis impostos pela sociedade às mulheres, questionando suas participações nas esferas políticas, econômicas, subjetivas etc.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta

última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010. p. 15)

Com isso, o movimento feminista surge com o intuito de questionar o papel das mulheres em várias esferas da sociedade, como também lutar pela liberdade e autonomia sobre seus corpos. O movimento sufragista foi considerado a “primeira onda” do movimento feminista, na luta pelo direito ao voto das mulheres e foram as primeiras manifestações de visibilidade que o movimento teve, ampliando várias pautas de reivindicações.

O sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média (LOURO, op. cit. p. 15).

O referido movimento estava ligado ao direito ao voto e ao interesse das mulheres brancas de classe média de terem acesso aos estudos e determinadas profissões, pois lembramos que as mulheres negras já trabalhavam: seja como escravas, em atividades de serviços, e posteriormente trabalhando nas fábricas. Mas não podemos desconsiderar a importância dessas lutas, que no Brasil também teve suas representantes.

As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres (PINTO, op. cit. p. 16).

O direito ao voto foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro, contudo outras lutas mais amplas pela emancipação feminina perderam força nos anos seguintes, por causa dos períodos ditatoriais e só apareceram novamente na década de 1960.

Neste período, ocorre um movimento diferenciado do anterior, que vai para além do direito ao voto, questionando o papel da mulher em todas as estruturas, na família, no trabalho e na sociedade, na qual, Costa e Sardenberg descrevem:

[...] Trata-se [...] de um movimento que questiona o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, luta por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social. Nestes termos, consiste em um movimento que, a partir do questionamento tanto das relações sociais da produção material, quanto das relações efetivas e sexuais entre os seres humanos, propõe-se a lutar por mudanças históricas (COSTA E SARDENBERG, op. cit. p. 29).

Portanto, o movimento vai buscar uma mudança mais profunda na sociedade, iniciando uma luta ideológica contra os valores patriarcais, machistas, reproduzidos diretamente pelos pais, pelos maridos, irmãos, amigos, colegas de trabalho etc., significando também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades, trazendo autonomia para decidir sobre a vida e o corpo das mulheres.

Contudo, na década de 1960, o Brasil teve um movimento diferente em relação ao resto do mundo, pois o país passou por um novo período ditatorial, porque sofreu em 1964 o golpe militar, trazendo um movimento de repressão e retrocessos na conjuntura de democratização.

O Brasil volta a ter as primeiras manifestações do movimento feminista, na década de 1970 no processo de luta pela redemocratização do país,

Em 1975, em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), é realizado no Rio de Janeiro um grande seminário, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, à luz das propostas do “novo” movimento feminista que então se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. Esse “feminismo moderno”, articulado em torno da afirmativa de que o “pessoal é político”, traz como novidade o questionamento da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, do papel tradicional da mulher na família e na sociedade. (COSTA E SARDENBERG, op. cit. p. 42).

Neste contexto, questionava-se o papel tradicional da mulher, sua participação política, entre outras lutas no campo da emancipação feminina. Mas, é na década de 1980, com a redemocratização consolidada que as organizações de esquerda ampliam estes debates com significativa participação feminina.

O feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. (PINTO, op. cit. p. 17).

Os grupos e coletivos eram muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando também por educação, saneamento, habitação e saúde. Depois disso o Brasil passou a ter avanços significativos no movimento feminista, como criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984.

Como também, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e em consequência são fundadas as

Delegacias Especiais da Mulher. Ademais, foi promulgada a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (PINTO, op. cit.).

Dessa maneira, o feminismo no Brasil vem assumindo diversas bandeiras, lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pelo direito de que as mulheres tenham a autonomia sobre o próprio corpo e a liberdade de viver sua sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que a mulher possa conseguir seus direitos, diminuindo com as práticas machistas e destruindo a estrutura capitalista que sempre oprimiu as mulheres e outros grupos marginalizados na sociedade, entre eles os homossexuais.

1.1.2 As lutas dos homossexuais e das mulheres lésbicas

Rodrigues et al (2018) traz que os primeiros movimentos de resistência em torno da sexualidade, envolvendo os homossexuais, surgiram na Europa, América Latina e nos Estados Unidos nos anos de 1960.

No Brasil, “a organização política acerca dos homossexuais surge por volta de 1970, tendo como marco a criação do grupo Somos: *Grupo de Afirmação Homossexual*, em (1978) em São Paulo, e o *jornal Lampião da Esquina*” (RODRIGUES et al., op. cit., p. 145). Em uma das edições do referido jornal é publicada a matéria “Nós também estamos aí” que trouxe uma maior visibilidade às lésbicas.

As articulações do movimentos sociais feministas e dos homossexuais, em 1980, criaram o primeiro grupo só de lésbicas (Grupo Lésbico-Feminista-LP). Tal grupo surgiu para “denunciar a estrutura patriarcal e machista no movimento homossexual e da esquerda brasileira, como também a invisibilidade das demandas das mulheres lésbicas no movimento feminista (RODRIGUES et al., op. cit., p. 145)”. Sendo assim, os movimentos de resistência das mulheres lésbicas esteve, historicamente, associado ao movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e dos movimentos feministas, articulando-se nas diferentes frentes contra a opressão.

A partir de divergências dentro grupo LP, o mesmo foi desfeito, dando lugar a criação de outro grupo (Grupo Ação Lésbica e Feminista- Galf), que também foi

composta por mulheres lésbicas e feministas, o qual criou o boletim “Chana com Chana” entre (1981-1987) (RODRIGUES et al., 2018).

Na década de 1990 as organizações de mulheres lésbicas foram crescendo, mas só em 1996 organizou-se um evento de destaque, o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), que ocorreu no Rio de Janeiro, [sendo] um marco importante para os movimentos: além de mobilizar as mulheres lésbicas e bissexuais em esfera nacional, instituindo o dia 29 de agosto como “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”, abordando questões referentes ao combate do padrão heteronormativo, considerado até hoje como o padrão hegemônico para a sociedade (RODRIGUES et al., 2018).

Outro debate importante ocorreu na Oficina de Visibilidade Lésbica, vivenciado no espaço do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, realizada no Planeta Arco-Íris, um espaço da diversidade organizado pelos movimentos LGBT, que formaram a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).

O discurso fundador da Liga, através da Carta Aberta ao III Fórum Social Mundial, datada de 27 de janeiro de 2003, (SALEM, 2007), coloca a pretensão de tecer uma rede “Latino-americana e/ou quiçá intercontinental, contando com o apoio partidárias de toda Latino-América e Alemanha”. Com isso, a LBL teria sido criada segundo a Carta Aberta para apontar “questões e reivindicações como visibilidade lésbica, saúde, direitos humanos, direitos econômicos, diversidade, e vários outros” (SALEM, 2007. p. 102). O principal objetivo da LBL pautou-se em discutir sobre a lesbianidade e bissexualidade enquanto uma forma de orientação sexual e de identidade política e sexual, enquanto um direito humano.

De acordo com Mesquita apud Rodrigues (2009, s/p),

Atualmente, a LBL está organizada em três regiões do Brasil: Nordeste, Sul, Sudeste e congrega cerca de 25 organizações, entre as formadas só por mulheres e as mistas, com núcleos de lésbicas, além de um número significativo de ativista independentes. No período de 5 a 7 de novembro de 2004 realizamos o ‘I Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas: Coletivizado ideias e horizontalizando ações’ (...). O encontro possibilitou discussões enriquecedoras para o processo de amadurecimento político do movimento (...). Nesse sentido a LBL enquanto instância autônoma de articulação política e temática das mulheres lésbicas e bissexuais pretende contribuir com o fortalecimento do movimento pela luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, em níveis locais, regional, nacional e internacional. Entre os princípios construídos coletivamente, vale destacar: a autonomia, a autodeterminação e a liberdade como princípio fundamentais para o exercício permanentemente e cotidiano. A horizontalidade no sentido de evitar hierarquias de poder. A defesa da laicidade do estado. A solidariedade com o conjunto dos movimentos sociais. A defesa do feminismo e de conjunto

de bandeiras. A luta contra o patriarcado e de todas as formas de fundamentalismo e uma posição anticapitalista.

É perceptivo, que através do processo de organização das mulheres lésbicas, faz-se a crítica à construção social do que é ser mulher, na reprodução da lógica patriarcal/heteronormativa. Dessa forma, a resistência das mulheres, sejam elas lésbicas ou não, tem sido um processo contínuo que acontece até os dias de hoje, contudo mesmo com as lutas e avanços dos movimentos organizados ainda persistem os preconceitos, discriminações e violências.

1.1.3 Preconceito, discriminação, violência e exclusão

Não é nenhuma novidade que ainda no século XXI as mulheres, sejam elas lésbicas ou não, ainda travam batalhas contra o preconceito e a discriminação e ainda sofrem muita violência, seja ela física ou psicológica. Para melhor discutir essas questões pontuaremos alguns desses conceitos, de forma sucinta.

a) Preconceito

O preconceito é tratado por Sant'ana (2008, p. 62) como:

[...] Uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. [o preconceito] regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Desse modo, esse julgamento prévio que as pessoas fazem, antes de conhecer as outras é uma interpretação precipitada dos sujeitos (no caso de nosso trabalho, refere-se às mulheres), como por exemplo utilizando-se de jargões difundidos pela sociedade, entre eles: “toda mulher é frágil”, “toda mulher tem que ser magra”, “mulher bonita é burra”, ou seja, utilizando-se de tais estereótipos, as pessoas julgam as outras.

O preconceito é, então, uma ação em que o indivíduo tem uma opinião preestabelecida sobre um determinado sujeito, gerando o estereótipo e a discriminação, transformando-se em posições diante da vida que carregam consigo outros ‘subprodutos’ do modelo social vigente nas diferentes sociedades, entre eles o sexismo (SANT’ANA, 2008).

Posto isso, o preconceito está ligado ao estereótipo. Portanto, consiste em um característica apontada a determinados grupos ou pessoas, que tem como objetivo carimbar ou rotular vários indivíduos, retratando um pré-julgamento. Sant’Ana descreve:

O estereótipo é a prática do preconceito ou [nem sempre]. É a sua manifestação comportamental. O estereótipo objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo; e (3) legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade. (SANT'ANA, op cit., p. 65)

Dessa forma, o preconceito é um fenômeno psicológico, porque reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos sujeitos e por si só não fere direitos. Porque em tese ninguém é “obrigado a gostar de alguém, mas é obrigado a respeitar os seus direitos” (CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA, 1994, citado por SANT'ANA, op. cit., p. 62).

Logo, os preconceitos são criados e difundidos socialmente nos mais diversos espaços (domiciliar, escolar, religioso etc.) e começam a fazer parte da cultura de um povo através da construção dos estereótipos. Silva (2010) coloca que essas ações estão tão enraizadas no nosso cotidiano e na vida social, que passam despercebidas nas formas mais sutis dos discursos, de maneira velada ou explícita, muitas vezes legitimadas e aceitas. Estas ações vão gerar discriminação e, muitas vezes, diversas formas de violências.

b) Discriminação

A discriminação é uma ação que ocorre a partir da utilização dos estereótipos e dos preconceitos, isto é, é a materialização das ideias estereotipadas ou preconceituosas. Segundo Sant'ana (...) é o nome que se dá:

Para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, [gênero], a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer algo) que resulta em violação do direito (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 15 apud Sant'Ana, op. cit., p. 63).

Discriminar é, portanto, o ato, desqualificar ou prejudicar uma pessoa ou grupo, na qual, comportamento pode muitas vezes resultar em uma violência, seja ela psicológica ou física.

c) Violência

A Organização Mundial da Saúde descreve violência como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

A violência, nesse caso pode afetar homens e mulheres, grupos etc, seja ela física ou psicológica, mas nesse trabalho discutiremos especificamente sobre a violência com as mulheres, que pode ser mascarada pelo ciúme, controle, humilhação, ironia e ofensa, e é difícil de ser identificada. A Lei Maria da Penha em seu artigo 7º, Inciso II assim a descreve:

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Sendo assim, a violência psicológica pode ser explícita ou acontecer de forma disfarçada. Bourdieu (2016) enfatiza esse tipo de violência como simbólica, a qual ocorre pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou reconhecimento. Essa violência também acontece através da dominação masculina, em que “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de denominação, fazendo-as assim serem vista como naturais” (BOURDIEU, op. cit., p. 56).

O autor citado parte da ideia de que o homem aprende a lógica da dominação masculina e a mulher absorve essa relação inconscientemente, logo essa violência também é cultural. Assim, muitas vezes, nós repetimos sem perceber a própria dominação. Nesse sentido, a sociedade naturaliza comportamentos e legitima essa concepção através das repetições, como por exemplo quando o homem é colocado como o sujeito forte, que possui a virilidade, enquanto a mulher é um sujeito frágil, que necessita sempre da ajuda do homem.

Portanto, a dominação psicológica é tão ofensiva e perigosa quanto a violência física, pois não necessita de justificção, porque se encontra inserida como uma tendência natural do indivíduo e por isso é mais sutil, difícil de ser caracterizada. Ela faz parte das estruturas e se apresenta de diversas formas em diferentes instituições sociais, entre elas: o Estado, a igreja e a escola, a família; nas quais tais instituições são responsáveis pela construção dos papéis desempenhados pelos gêneros (BOURDIEU, op. cit.).

Em relação às mulheres lésbicas essas violências não são tão disfarçadas, mas podem produzir a invisibilidade lésbica. Além disso, amplia-se a misoginia para essas pessoas, ocorrendo violências físicas ou outras por conta da identidade de gênero ou da sua identidade sexual. Por isso, que a bandeira de luta do movimento das mulheres

lésbicas vem ressaltando a resistência contra qualquer tipo de opressão reproduzida pelo sistema capitalista-patriarcal-heterossexista. Dessa forma, o movimento também tenta combater a Lesbofobia, que é a reprodução através da violência ou repulsa contra as mulheres não heterossexuais, pois de acordo com Sant'ana:

(...) A Lesbofobia compõe o rol da discriminação caracterizando por 'preconceito de gênero', expressões da legitimação do patriarcado. Nesse caso, os comportamentos machista, sexista, homofóbico entre outros. Portanto, a Lesbofobia configura-se como um instrumento de legitimação de uma hierarquia em torno da sexualidade e da identidade de gênero, sendo, portanto um mecanismo responsável pela manutenção da ordem social patriarcal. (SANTANA. 2014. p. 158)

Assim sendo, é reproduzida através de várias maneiras, seja através de violências físicas ou psicológicas ou por meio da estereotipação, através de rótulos, porque a mulher lésbica não está dentro do padrão físico e comportamental de uma mulher heterossexual, sem falar nos estupro corretivos, constituindo-se em violência brutal, na qual o homem acredita que poderá mudar a orientação sexual da lésbica através da violência sexual.

Dessa forma, essas diferentes identidades também estão presentes no espaço escolar, refletindo os estereótipos que a sociedade possui. Nesse espaço também se oprime, mas também pode libertar, caso cumpra o papel de emancipadora quando ensinar aos seus uma consciência crítica na transformação de sua realidade (FREIRE, 1979).

d) Exclusão

Mazza (2005, p. 183) coloca que a exclusão social “É um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos, por motivos de raça, etnia, gênero e outras características que os definem, o acesso a oportunidades e serviços de qualidade”, sendo assim a exclusão social assume diferentes aspectos e atinge diversas formas na sociedade, seja no campo político, econômico ou socioespacial.

Estivill,(2003) também descreve que a exclusão não é um processo linear, sendo necessário analisar as causas e as origens do fenômeno, isto é, deve-se conhecer a história dos indivíduos, para explicar a exclusão a que o indivíduo, família, grupo ou território, foram submetidos, pois a exclusão social das mulheres é antiga, tendo sua base fundada na bipolarização do sexo masculino e feminino, e no sistema de dominação/exploração (o patriarcado), que fez com que as mulheres passassem e ainda passem por vários processos de exclusão entre elas a educacional.

Armstrong et al. (2000) citado por Lira e Alencar (2017, p. 80) “adverte que a exclusão na escola decorre de todos os processos, práticas, atitudes e omissões que excluem ou restringem quaisquer alunos de participar, plena e igualmente, do processo educativo”. Dessa forma, os desafios a serem enfrentados para diminuir a exclusão educacional das pessoas no Brasil, inclusive a dos LGBT são enormes, principalmente porque muitas vezes não se percebe a exclusão desses sujeitos.

Segundo Lira e Alencar (op. cit., p. 83) a dialética inclusão/exclusão dos sujeitos nas escolas “se torna ainda mais dramático num momento histórico para o país em que a proposta de emenda constitucional (PEC 55) [atual Emenda Constitucional 95) reduz os recursos para a educação e a saúde pelos próximos 20 anos”. Destarte, a dialética inclusão/exclusão encontra-se permanentemente presente no cenário brasileiro, pois enquanto alguns avanços foram conquistados nos últimos anos nas questões socioespaciais e educacionais, outros retrocessos estão por vir a partir dos cortes de financiamentos para essas áreas e das ações conservadoras que negam os debates a este respeito.

Com isso, nesse trabalho iremos abordar sobre a exclusão educacional, enfatizando as mulheres lésbicas nesse processo.

CAPÍTULO II

ESPAÇO ESCOLAR, RELAÇÕES DE GÊNERO E CURRÍCULO

A escola não é uma instituição neutra, pois está inserida num contexto espaço-temporal, sendo uma entidade histórica. Portanto, é necessário entender como este espaço é o lócus privilegiado da reprodução das relações capitalistas, conhecendo os sujeitos e os processos que nele atuam.

O espaço já foi conceituado de várias formas pelas diferentes correntes geográficas, mas para efeito de nossa análise, utilizaremos aportes da Geografia Crítica, principalmente a partir de Milton Santos, o qual afirma que:

[...] o espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento que as forma, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p.10).

O espaço diz sobre a sociedade, uma vez que não existe espaço sem indivíduos e nem indivíduos sem espaço, como também retrata as ações dos agentes que nele atuam. Portanto, o espaço escolar também é uma instância da sociedade, com agentes diferentes, mas que tentam homogeneizar tais diferenças, sem modificar as estruturas sociais.

A escola foi e é ainda um espaço desigual porque em contextos históricos que se sucederam: mulheres, negros e negras, pobres, entre outros, não tinham acesso a ela. Sendo assim, continua refletindo tais desigualdades de acesso e permanência. Como também, os espaços educacionais no Brasil e em outras partes do mundo foram divididos entre pobres e ricos (escolas privadas e públicas).

Além disso, foram também se construindo separações de classe, religiosas, étnico-raciais, de gênero, oprimindo qualquer tipo de orientação sexual que não fosse a heterossexualidade, como explica Louro (2010, p. 57) quando cita que “a escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos, protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos e as meninas”.

Por ser um espaço de multirrelações tal instituição vai, segundo Bezerra (2007, p. 15),

Diferenciar e hierarquizar e, ao mesmo tempo objetiva a uniformização dos indivíduos que a compõe. Portanto, longe de ser um alugar harmônico e homogêneo a escola ocupa um lugar de disputas e enfretamento, de rivalidade e associações entre diferentes grupos e pessoas. E boa parte de tais enfretamento e disputa são vividos através do currículo escolar.

Logo, a escola que diferencia os sujeitos também normatiza os indivíduos que a compõe, ou seja, vai reproduzindo as construções sociais e culturais de masculino e feminino, separando os territórios de atuação, além de uniformizar todos e todas na mesma orientação sexual considerada hegemônica, a heteronormativa.

A escola vai fazer isso através dos vários agentes que nela atuam: professores, gestores, funcionários, entre outros. Por isso, neste espaço continuam ocorrendo disputas, em que as relações de poder atuam de formas diferenciadas, provocando exclusão, mas, em outros momentos tentando diminuir as tensões, de acordo com as concepções dos agentes ali envolvidos. Nesta perspectiva, o currículo também é usado para manter ou modificar tal realidade, conforme aqueles que o construirão.

2.1.1 Currículo enquanto instrumento de manutenção do *status quo*

O currículo escolar está impregnado destas construções culturais, contribuindo para a manutenção do *status quo*. Conforme aponta, Sacristán (2013) o conceito de currículo passou por várias mudanças ao longo da história. Entre estas pode ser destacada aquela que trata o currículo como um modo de organizar os componentes que vão compor o caminho do estudante, agregando e organizando os conteúdos que ele deverá aprender.

Assim, na educação brasileira, a escola apresenta o currículo como um ferramenta reguladora responsável por ordenar os conteúdos e as práticas que permeiam o processo de ensino e aprendizagem do aluno, ditando, normas, práticas e regras, que são decisivas na vida e no desenvolvimento do estudante, visto que é através do currículo que a escola vai dialogar com a sociedade.

Para Silva, (2015 apud PRADO, 2017, p. 5), o currículo se apresenta com vários significados que vão além daqueles limitados pelas teorias tradicionais; assim, o currículo é apresentado como lugar e espaço de discernimento, que permite uma viagem e uma trajetória capaz de forjar a identidade do aluno ao estabelecer uma relação de poder.

As relações de poder que envolvem a construção do currículo muitas vezes são utilizadas para moldar a cultura da sociedade à sua maneira. Santos (2011, p. 33) “Compreende o currículo como expressão da ideologia na instituição escolar [sendo] fundamental para legitimar o ideário que permeia as relações na escola.” Sendo assim, no currículo vão estar embutidos dos interesses daqueles que se encontrarem no poder naquele contexto histórico, mas reforçados pelos interesses majoritários da sociedade que os colocou nos cargos públicos.

Além disso, embora os conceitos de solidariedade, igualdade e respeito às diferenças façam parte dos discursos da escola, por ser um espaço voltado para a formação das crianças e dos adolescentes, na prática o que podemos observar é que, nesse espaço, as ideias de discriminação e os preconceitos não estão fora, (FACCO, 2011) justamente por ser um espaço que reflete os ideais presentes na sociedade.

Como explica Candau, (2003, p. 24) essas discriminações podem se dar de várias maneiras, ou vir de várias formas “Os veículos da discriminação vão desde o currículo formal, que exclui múltiplas e várias maneiras de expressão cultural, passado pela linguagem não-verbal, até chegarem, frequentemente, ao nível dos comportamentos e das práticas explícitas”. Sendo assim, pode ser identificada através do bullying, ou mesmo na omissão de se discutir sobre certos assuntos, como no caso da omissão do debate sobre gênero/sexualidade.

A sexualidade dos sujeitos ou a sua orientação sexual ainda é tida como um assunto delicado dentro do espaço escolar, assim Louro (op. cit.) coloca que “ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as.” justamente por acreditar-se que a sexualidade pode ser influenciada ou despertada ao se falar sobre o assunto, acredita-se que a escola deixa de discutir esse assunto.

Portanto, a sexualidade não pode ser influenciada ou passada de um sujeito para o outro. Ela faz parte dos indivíduos e neste sentido o autor aponta para importância de se discutir sexualidade no espaço escolar, “porque ela se faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligada ou algo do qual alguém possa se “despir” (Louro, op. cit. p. 81).

Diante disso, apresenta-se enquanto importante estratégia pedagógica de luta pela inclusão a realização de debates sobre sexualidade, porque é um processo natural(izado) do indivíduo. Neste contexto, “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos,

fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO. op. cit. p. 82) é algo inconcebível. Isso, porque na ausência desses as violências são ampliadas para tais segmentos, contribuindo para a exclusão deles do processo educacional.

No Brasil, alguns instrumentos curriculares ressaltaram sobre as questões de gênero e sexualidade, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). No PCNs a temática de gênero e sexualidade é abordada nos Temas transversais, na parte que corresponde à Orientação Sexual. Ao se tratar do tema referente à sexualidade inclui-se a discussão de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis como a Aids e também sobre a gravidez indesejada na adolescência, buscando esclarecer dúvidas em relação a esses assuntos, utilizando o diálogo e o debate como estratégias para a superação de tabus e preconceitos ainda enraizados na sociedade brasileira.

O tema Orientação Sexual se divide em duas partes. A primeira traz a importância da discussão da temática da sexualidade no currículo das escolas, em decorrência da preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e ao risco da infecção pelo HIV (vírus da Aids) entre os jovens.

A segunda está organizada em três “blocos de conteúdos”, entre eles: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de Gênero; e Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. Nesta parte também é abordado como esses conteúdos podem ser discutidos nas salas de aulas e em cada disciplina.

Sendo assim, o PCNs vão apontar a responsabilidade da escola em trabalhar tal temática e as metodologias para fazê-la, abordando sobre as primeiras manifestações da sexualidade e o seu desenvolvimento na puberdade e como os alunos vivem as consequências dessa fase dentro do ambiente escolar. Enfatiza-se também o papel dos docentes de identificar estes aspectos e tentar orientá-los.

A BNCC diferente dos PCNs, abrange de forma superficial o tema referente às questões acerca de gênero e sexualidade. Tais temáticas passaram por mudanças na nova proposta curricular pós-golpe. Isto, porque na versão anterior a sexualidade estava presente nos chamados temas integradores, nos quais o tema fazia parte da estrutura, na nova versão passa a ser enfatizada dentro dos componentes curriculares. Da mesma forma, aconteceu com gênero, fazendo parte das competências gerais incluídas dentro das disciplinas.

Marques (2018) coloca:

Na versão anterior gênero fazia parte dos “Direitos de aprendizagem e desenvolvimento: políticos”, já na versão final ele passa a fazer parte das chamadas “competências gerais da Base Nacional Comum Curricular”, e embora em ambas as versões coloquem como objetivo promover o respeito e valorizar as diferenças, percebe-se que a discussão fica pulverizada e não se garante o aprofundamento necessário. (MARQUES, 2018, p. 28).

Em Geografia a discussão de gênero está presente em dois momentos, primeiramente nas “Competências específicas de Geografia para o Ensino Fundamental” e depois é recomendado nos conteúdo do 7º ano do Ensino Fundamental, discutido nas “habilidades” a fim de “analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, gênero e idade nas regiões brasileiras” (MARQUES, 2018).

Claramente, a proposta de debate em relação às questões de gênero nas aulas de Geografia é tratada pelo meio das “características das pessoas” que devem ser respeitadas, e não por um debate que fala sobre as relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Verificamos, então, que a BNCC sofre um retrocesso pós golpe passando a ter uma versão bem mais conservadora em relação a estas temáticas, demonstrando o autoritarismo do atual governo ilegítimo.

2.1.2 Retrocessos e imposições dos setores conservadores ao sistema educacional quanto a questão de gênero

Em 2004, o projeto escola sem partido surge como resultado do Movimento Escola sem Partido (MESP), coordenado pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, o qual se apresenta como um “movimento” e como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do Ensino Básico e Superior.

MATTOS et al. (2017) coloca que o líder desse grupo alega:

Esse movimento parte da premissa de que professores e professoras não devem ser educadores, devendo limitar-se a transmitir a matéria, sem tratar de assuntos atuais ou discutir valores. Qualquer coisa que ultrapassasse a mera transmissão de conhecimento poderia ser considerada “doutrinação ideológica” e, por isso, passível de “estar em conflito com as convicções morais dos estudantes e de seus pais” (Art. 2º, PL nº 867/2015).

Desta forma, a professora, o professor e a escola teriam tem de ser “neutros”, porque a educação seria responsabilidade da família, nos seus valores morais, religiosos

e sexuais. Mas, seria possível alguém ser “neutro” politicamente? Ou, mesmo, a postura do grupo MESP não tem um caráter político conservador?

O Movimento começa a ganhar destaque, em 2014, quando projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional.

Atualmente, tramita na câmara federal o PL nº 7180/14, apresentado pelo deputado Erivelton Lima Santana, do PSC/BA, colocando como obrigatória a afixação em todas as salas de aula do Ensino Fundamental e Médio de um cartaz com alguns deveres aos professores, como mostra o Art. 3º do PL:

- I - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária;
- II - O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas;
- III - O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

É notório que esse projeto quer acabar com qualquer possibilidade de debate e de construção de um pensamento crítico dentro do espaço escolar, como também desfazer todas as conquistas democráticas dos últimos anos.

MATTOS et al. (2017) coloca que o viés conservador dos projetos de lei relacionados à Escola sem Partido tem como principal o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, mas amplia-se para outros aspectos antidemocráticos. Além disso, o movimento coloca-se como o grande inimigo das famílias nas escolas no combate ao que considera imoral.

Na prática, o projeto pretende criminalizar todos os projetos educativos propostos por professoras e professores que abordavam temas como desigualdade de gênero, diversidade sexual, e traziam o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia, dentro e fora da escola.

Além do mais, os materiais didáticos e paradidáticos com um enfoque crítico e reflexivo sobre esses temas têm sido alvos de ataques pelos partidários do movimento, afirmando que esse tipo de material “doutrina” os alunos, forçando-os a aceitar a “ideologia de gênero”, como é o caso da PL nº 582/ 2017 que foi aprovado na cidade de Campina Grande, tornando-se Lei Municipal, de autoria do vereador Antônio Alves Pimentel Filho, proibindo a chamada “ideologia de gênero” e distribuição de material

didático com conteúdo impróprio para crianças e adolescentes em âmbito municipal.

Como mostram os artigos 2º e 3º da referida lei:

Art.2º. Ficam vedadas as práticas de ensino de gênero, bem como suas exposições públicas de caráter didático/pedagógicos, e também a publicidade e a distribuição de material que contenham conteúdo impróprio ou ilaqueado a crianças e adolescentes na rede municipal de ensino.

Art.3º. Os Materiais didáticos, paradidáticos, cartilhas ou qualquer outro tipo de material escolar, destinado ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas ou tabaco, e deverão respeitar valores éticos e sociais da pessoa e da família, conforme o Art. 79 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990).

Discutir tais temas é questão de responsabilidade social, pois trata-se de necessidade de saúde pública, na qual muitas vezes os jovens não têm acesso a uma educação sexual domiciliar e isto pode ser suprido no campo educacional, aumentando as chances desses jovens viverem sua sexualidade de forma segura e saudável, com respeito a si próprios e ao próximo.

Os problemas referentes à gravidez na adolescência, DST e a Aids, podem ser prevenidos a partir do conhecimento e prevenção, que poderiam ser disseminados nos espaços escolares. Além disso, tais discussões são fundamentais para combater discriminações, violências dentro e fora da escola, melhorando as inter-relações entre os diversos segmentos.

Esse projeto de lei nos mostra como Campina Grande tem uma postura conservadora e ainda impõe seus valores autoritários na escola, tanto no que se refere à imposição de comportamentos, quanto na imposição de práticas curriculares, favorecendo o impedimento da tentativa de superação dos preconceitos, discriminações e desigualdades.

CAPÍTULO III

A EXCLUSÃO DOMICILIAR E ESCOLAR DAS MULHERES LÉSBICAS

Nesse capítulo resgatamos as mulheres lésbicas como sujeitos de suas histórias, pois elas ganham voz, trazendo reflexão ao conteúdo de suas falas. Nesse sentido, reiteramos Paulo Freire (1987, p. 31) quando cita “quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão”.

Quem melhor que os oprimidos para falar da opressão, da discriminação e da violência que nós mulheres lésbicas sofremos? Por essa razão, este trabalho utilizou a entrevista semiestruturada, na qual os critérios que definimos para realizações das entrevistas e assim responder nossas perguntas dizem respeito ao seguinte perfil de sujeito: que fosse mulher lésbica que estivesse na escola, ou que passou por percurso escolar, mas que se evadiu da escola.

A maior parte das entrevistadas encontra-se na faixa etária entre 16 e 20 anos, entre as quais uma cursa o 1º ano do Ensino médio, duas fazem o 2º ano e as outras duas fazem o 3º ano da mesma modalidade de ensino. Quatro delas residem no município de Campina Grande e uma no município de Queimadas, todas estudando em escolas públicas. As outras entrevistadas tiveram que se afastar da escola, tendo uma 42 anos, a qual estudou numa escola particular e parou no 1º ano do Ensino Médio e outra 21 anos, estudante de escola pública, que deixou de estudar no 2º ano do Ensino Médio, ambas residentes em Campina Grande.

Realizadas durante o mês de Julho de 2018, as entrevistas foram transcritas manualmente e depois digitadas para posteriormente serem feitas as análises de conteúdo das falas. Optamos por preservar suas identidades, passando a usar nomes fictícios para elas.

A nossa hipótese inicial era de que as mulheres lésbicas sofriam discriminações dentro da escola, que por consequência provocariam sua exclusão do espaço escolar. No entanto, a partir das entrevistas, foi identificado que a violência domiciliar se apresentou como fator determinante para o processo de exclusão educacional.

As duas mulheres lésbicas que se evadiram da escola relataram que cursavam o Ensino Médio, mas por causa da constante violência física e psicológica sofrida pelos familiares, por assumirem sua orientação sexual, foram condicionadas a abandonar os estudos.

Vitória (21 anos) relatou:

Minha mãe cortou meu cabelo de faca [...] Meu pai me ameaçou de morte [...] Minha irmã disse que era pra nem chegar perto da filha dela. Ah, sofri tanta coisa já, que só Deus [...] Em casa meu pai me batia muito e tinha as agressões verbais cotidianamente: ‘mulher que gosta de mulher tem que morrer!’ Essas coisa sabe? [...] Me afastei da escola [...], porque não tava aguentando mais viver dentro de casa. Todo dia era a mesma coisa [...] Fui trabalhar vendendo algumas coisas pra poder me sustentar, entende? [...] Parei de estudar no 2º ano do Ensino Médio. Estudei no Estadual de Bodocongó.

Vitória passou por muitas violências que, segundo é reiterado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) trata-se do “uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico”. A violência sofrida trouxe muitos danos psicológicos que fizeram com que Vitória fosse expulsa do espaço escolar.

Corrinha (42 anos) também relatou que foi a violência no espaço domiciliar que a afastou da escola.

Eu estava cursando o primeiro ano do Ensino Médio na época e eu tive que sair da escola porque meu pai começou a me bater e dizer que não me queria mais em casa, dizia que era melhor ter uma filha morta do que ter uma filha que gostava de mulher. Aí eu tive que ir morar com minha avó. Ela não tinha dinheiro para pagar a escola, pouco tempo depois ela teve vários problemas de saúde e eu tive que ficar cuidando dela e da casa [...] E depois eu tive que trabalhar pra poder me sustentar. [...] Parei de estudar no 1º ano do Ensino Médio. Estudava no Alfredo Dantas.

Essa violência doméstica e simbólica, caracterizada como rejeição ou ódio, é o reflexo de uma sociedade que padroniza a heterossexualidade como única orientação sexual, na qual todos os que manifestem uma orientação diferente dos padrões heterossexuais vão sofrer ameaças e atos de violência, como foi discutido no primeiro capítulo desse trabalho.

Bourdieu descreve em sua obra “A dominação masculina”, que estes tipos de violências se caracterizam como uma violência estrutural, reproduzidas por várias

instituições, incluindo aqui a família, e que afetam cotidianamente quem se coloca diferentemente dos padrões normativos da sociedade vigente.

Mas esses atos não se encerram quando a mulher lésbica sai de casa, porque em outros espaços a violência psicológica se mantém, pois os familiares não aceitam a independência feminina e a sua orientação sexual. Nesse caso, o pai de Vitória a segue e também sua companheira, por não respeitar a orientação sexual da filha e não aceitar sua relação lesbiana com outra mulher. Por isso, ela relata: “Depois que eu saí de casa e vim morar com Corrinha, meu pai me perseguia e perseguia ela, ameaçava matar nós duas. Vinha até a porta da nossa [casa], ficava gritando coisas.

Tal violência é fruto da dominação masculina, mas também de toda uma cultura heteronormativa e misógina, reproduzida culturalmente na sociedade, na qual o pai de Vitória acredita que mesmo ela saindo de casa ainda possui poder sobre a vida sexual dela.

Bourdieu (op.cit) ressalta que é a manutenção de um poder que é mascarado nas relações, que se infiltra no nosso pensamento e na concepção de mundo de cada pessoa, contribuindo para que a dominação masculina se transforme em violência, pois é tão forte que não necessita de justificação, encontrando-se inserida como uma predisposição natural do indivíduo.

Também identificamos ações de violência dentro do espaço escolar, seja violência física, psicológica ou verbal, através de empurrões, xingamentos, piadinhas etc. Tais violências também provoca o afastamento do espaço escolar.

Nicolly (16 anos) falou:

Já sofri empurrões em algumas filas da merenda, já fui cuspidada uma vez enquanto conversava com uma amiga, também. Eu sempre era alvo daquelas bolinhas de papel durante as aulas e isso aconteceu em basicamente todos os anos escolares que passei. As agressões diminuíram um pouco esse ano, acho que foi porque tenho um grupo diferente de gente mais próxima.

Nicolly descreve tipos de violências que muitas vezes são levadas na brincadeira, mas pra quem as sofre afeta sua condição psicológica e deixa marcas. Na entrevista, ela também descreve a importância de se ter pessoas que aceitem sua orientação sexual, demonstrando quanto isso é importante para ela.

Thalia (20 anos) citou que levou alguns empurrões dentro do banheiro. Mas, ficou em dúvida se isso era violência, pois disse: “não sei se é violência, mas a galera ficava dizendo que por eu ser gorda eu nunca ia pegar ninguém.

Às vezes, os atos de violência contra as mulheres são tão enraizados na sociedade, parecendo corretos de serem realizados, sendo justificados das mais diversas formas: “ela anda quase nua”; “ela merece apanhar” ou “ela é gorda e sapatão”, não atendendo os padrões normativos da sociedade, como podemos perceber na fala de Thalia.

No depoimento de Luana, a seguir, fica demonstrado o machismo em forma de insultos, quando os meninos tentam desqualificar as meninas enquanto mulheres. A discriminação e a violência que acontece contra o gênero feminino associa-se às representações distorcidas sobre o “papel sadio da mulher na sociedade”.

Luana (17 anos) relatou: “Estávamos no estacionamento eu e minha namorada, alguns meninos chegaram nos empurrando, falaram várias coisas pra gente. Nos chamavam de rapariga, puta, sapatão, entre outras coisas. Foi terrível!”

Tais violências ocorrem a partir dos estereótipos construídos em relação a mulher como: puta e rapariga; transformando-se nas agressões e violências, como é trazido na fala de Luana, as quais provocam sofrimentos àquelas pessoas. Contudo, para os agentes que as provocam estão castigando os desvios danosos à sociedade, portanto estão corretas.

As brincadeiras também são formas de violências que agridem e maltratam, como pode ser exemplificado através das falas das meninas.

Tinha um pessoal do colégio que fazia piadas por eu ser um pouco masculina, um dia me chamaram de mulher macho, e de chupa charque, na época eu nem sabia o que era chupa charque. (Corrinha)

Durante a maior parte da minha vida escolar eu tentei passar sem ser notada, porque eu não sabia definir o que eu sentia pelas pessoas e também porque eu achava errado sentir aquele tipo de atração por gente do mesmo sexo. E isso fez com que eu ficasse tentando parecer ser uma pessoa que eu não era, fazia questão de reafirmar minha feminidade, mas que não serviu de muita coisa não, sabe? Já que meu jeito era percebido pelos os outros e por isso faziam piadas. Também fui chamada de sapatão gordinha e mulher macho, e isso me fez odiar certas pessoas. Cheguei até a desejar que elas nunca mais fizessem parte da minha vida. (Nicolly)

Neste caso, resgatamos Sant’ana (2008) quando relata que a discriminação é tratada como a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Nas falas de Corrinha e de Nicolly, aparecem traduções práticas do estereótipo de que é considerado masculino ou feminino, rotulando como

sapatão, que se transforma em discriminação. Com isso, vem a negação e a vontade de não ser notada como relata Nicolly. O medo de não ser aceito pelos colegas de classe fez com que ela tivesse vergonha de assumir sua orientação sexual, por medo de sofrer qualquer discriminação.

Manu e Thalia contam que a discriminação também vinha pelo olhar e pelas piadas, que é “É uma ‘tática’ silenciosa [...] poderosa que faz com que esses processos pareçam naturais [mas não são]” (FACCO, 2011, p. 20).

Quando eu comecei a me assumir tinha alguns olhares da galera e logo depois as piadinhas sobre sapatão. (Manu, 16 anos).

Algumas pessoas olhavam torto, outras se afastavam cada vez mais de mim. (Thalia, 20 anos).

Era constantemente taxada como sapatão por colegas de turma. (Luana, 17 anos).

Essas discriminações relatadas, junto com as reproduções dos estereótipos e a violências sofridas por essas mulheres no espaço da escola, trouxeram consequências na vida escolar delas, na qual duas se afastaram das instituições educacionais por não aguentarem tantas ações violentas.

Desta forma, as discriminações no espaço escolar se manifestam através de xingamentos, no intuito de intimidar ou desqualificar a orientação sexual daquelas pessoas. Por exemplo, em quase todos os relatos o termo “sapatão” aparece, sendo colocado de forma pejorativa, na tentativa de humilhar ou rebaixar essas mulheres por sua orientação sexual, que não seja a heterossexualidade, provocando o afastamento escolar, como é relatado a seguir:

Eu reprovei um ano da escola por me afastar mais [dela] pra ficar na internet, online, mexendo nas minhas redes sociais. A internet me dá a liberdade de lá ser verdadeiramente eu... sem tantas preocupações. Então, eu preferia ficar em casa do que ir para escola e ouvir aquelas piadas todos os dias, por isso acabei perdendo o ano. (Nicolly).

Noutro depoimento, a entrevistada cita:

Reprovei um ano da escola porque não aguentava as piadas sobre meu peso, me chamavam de baleia, sapatão obesa, entre outras piadas, ai eu preferia ficar na rua ou em casa, qualquer lugar que não fosse a escola né. [...] Como eu faltava muito não conseguir acompanhar o 2º ano, então reprovei. (Thalia).

Diante dos relatos dessas mulheres lésbicas, podemos perceber que as discriminações vivenciadas no espaço escolar também contribuíram para prejudicá-las na vida educacional. Percebemos também como a escola é omissa em relação a discutir essas questões, tanto em relação às questões de gênero e sexualidade, como às discriminações e violências sofridas por tais sujeitos. Contudo, o elemento mais determinante para a evasão escolar definitiva aconteceu, conforme o relato das primeiras entrevistadas, a partir da violência domiciliar.

Ademais, gostaríamos de enfatizar a ação de um profissional da educação que contribuiu para diminuir as violências sofridas por: aquelas estudantes no espaço escolar, conforme o relato a seguir:

Com a chegada do professor de língua portuguesa que é gay, as piadas começaram a diminuir, [pois] ele não aceita esses tipos de piadas nas aulas, ele também faz uma discussão sobre gênero, sexualidade, racismo, aí a galera parou mais com as piadas. (Thalia)

Mediante a fala de Thalia identificamos a importância dessas discussões no espaço escolar, para que as violências diminuam, contudo, na atualidade, estamos vivendo um retrocesso imenso a esses debates a partir da escola sem partido. Como também, a necessidade de educadores que enfrentem tais discussões, mas o referido professor passou a ser perseguido pela direção escolar, já que comunga com os ideais conservadores daqueles que condenam tais debates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, neste trabalho, verifica-se que o espaço escolar se apresenta como local de amplas diversidades, mas a dificuldade de se discutir esses assuntos dentro daquele ambiente, a partir da ação de agentes conservadores, barra as condições para que os direitos humanos sejam respeitados.

A educação imposta por tais segmentos é aquela que defende a opressão e não a libertação, baseada nos princípios de Freire. Mas, acreditamos que o caminho para uma educação libertadora passa pelo rompimento do princípio da escolarização de sujeitos padronizados, através da libertação de sua consciência. Isto, porque “a educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos” (FREIRE, 1979. p. 32).

Percebeu-se através das entrevistas que a hipótese inicial do nosso trabalho estava errada, pois não eram somente as discriminações sofridas dentro da escola que provocariam a exclusão das mulheres lésbicas, mas principalmente a violência domiciliar. Contudo, as ações combinadas de violência doméstica e escolar trazem sérias consequências para a vida daquelas mulheres, tanto provocando a exclusão delas de vários espaços, quanto trazendo afastamento do processo educacional, sem esquecer das marcas psicológicas e físicas que essas mulheres levam para o resto da vida.

Portanto, verificamos que as inter-relações dos espaços domiciliares que refletem a padronização heteronormativa da sociedade machista e misógina devem ser modificadas, mas o contexto atual não favorece a tais transformações.

Sendo assim, serão necessários mais movimentos contrários a tais arbitrariedades e desrespeitos para que novas legislações e ações educativas possam contribuir para a diminuição da violência contra aqueles que assumem uma orientação sexual diferente.

Espera-se que este trabalho contribua de alguma maneira, com proposta de sensibilização para tais mudanças, com também amplie o debate na educação geográfica acerca da discussão de gênero e sexualidade e favoreça a construção de novas inter-relações socioespaciais entre o(a)s diferentes no espaço escolar e demais espaços.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BEZERRA, Nielson da Silva (Org.) **Respeitando as diferenças no espaço escolar**. Recife: Gestos, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhner. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.*

BRASIL é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>>.

Acessado em: 18 jul. 2018.

CANDAU, Vera Maria. *Somos Tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2003.

CAMPOS, Katia Patricio Benevides. **Relações de Gênero no cotidiano escolar –** Campina Grande: EDUFCG, 2009

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Org.) **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectiva**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, 2003.

FREIRE, Paulo. **F934 e educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol.1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FACCO, Lúcia (Org.) **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. 265p.il.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Homofobia, cultura e violências: a desinformação social**. *Revista Interações*.n. 26, p. 129-151 (2013 – Número Especial)

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

A LEI MARIA DA PENHA em seu artigo 7º, Inciso II. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em 2 de julho de 2018.

LIRA, Sonia Maria de y ALENCAR, Débora do Nascimento Fernandes de. **A dialética inclusão/exclusão no contexto socioespacial do Semiárido Nordestino: o direito à**

Educação Geográfica para as Pessoas com Deficiência Visual. Rev. Incl. Vol. 4. Num. Especial, Enero-Marzo (2017), ISSN 0719-4706, pp. 75-104

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Gênero e Raça – todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática**. Brasília: MTb-a /Assessoria Internacional, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRADO, Leandro Aparecido do; ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle. **Currículo**: Instrumento de poder e de transformação cultural. In: XIII Congresso Nacional De Educação. 2017. Curitiba.

MARQUES, Ivana Sousa. **Os desafios para a discussão de gênero e sexualidade no ensino de geografia**: um olhar nas propostas curriculares e práticas pedagógicas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, 2018, 47f.

MATTOS, Amanda; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; COSTA, Carina Martins; SILVA, Conceição Firmina Seixas; PENNA, Fernando de Araújo; VELLOSO, Luciana; LEONARDI, Paula; ALBERTI, Verena. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: Gaudêncio Frigotto (org). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MAZZA, Jacqueline. Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. **Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas**. Educação em Revista, n. 46, p. 219-239, dez. 2007.

NAGIB, Miguel. Escola sem Partido, Quem somos? Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>, Acesso em: 20 jul. 2018.

SACRISTÀN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16, 17, 19.

SALEM, Maria. **A Liga Brasileira de Lésbicas: a construção de sentidos na produção do sujeito político lésbica**. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: UNB, 2007, 195f.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTANA, Anabela Maurício de. **Gênero, sexualidade e educação: perspectivas em debate**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v.7, n. 12, jan-. abr. 2014, p. 151-

167. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2962/2607>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SANTOS, Claudia Reis dos. Borrando fronteiras: uma visão ampliada entre sexualidades e escolas. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. (orgs). **Espaço, Gênero e Poder: Conectando Fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e Conceitos Básicos Sobre o Racismo e Seus Derivados. In: Munanga, Kabengele (Org). **Superando o Racismo Na Escola**. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, p. 37.58.

SILVA, Sergio Gomes da. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**. Psicol. cienc. prof. vol.30 no.3 Brasília set, 2010.

RODRIGUES, Maysa Alves; BATISTA, Jéssica Juliana; OLIVEIRA, Janine. Patriarcado heterossexista e resistência lésbica na pauta do movimento feminista. In: Leandro Nogueir; Erivan Hilário; Thais Terezinha; Katia Marro (Org). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. -1.ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2018, p.137- 158.

TRAVESTI Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>> Acesso em: 10 jun. 2018.

WOODWARD, Katharyn. Identificação e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

APÊNDICES

ENTREVISTAS DAS MULHERES LÉSBICAS QUE NÃO CONCLUÍRAM SEUS ESTUDOS

Entrevista feita dia 11/07/2018, às 13:05 da tarde, na casa da entrevistada: Corrinha (Maria do Socorro)

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino médio incompleto.

2º) Onde mora e onde estuda?

- Moro em Campina Grande, estudei no Colégio Alfredo Dantas.

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 48 anos, não. Parei no 1º ano do Ensino Médio.

4º) Você, assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Me “assumi” dentro casa, quando ainda estava morando com meus pais. Mas não foi fácil, porque quando eu estudava eu sentia isso, né? Só que eu não acreditava. E naquele tempo, né... era muito mais difícil. Na escola as pessoas me olhavam estranho, e soltavam piada por eu ser um pouco masculina, e diziam que eu gostava de mulher... Um dia o diretor da escola comentou com meus pais sobre as piadas e foi aí que eu me descobri, me assumi!. Eu estava cursando o primeiro ano do ensino médio na época e eu tive que sair da escola, porque meu pai não me queria mais em casa, dizia que era melhor ter uma filha morta do que ter uma filha que gostava de mulher, né.... E eu fui morar com minha avó. Ela não tinha dinheiro para pagar a escola e pouco tempo depois ela teve vários problemas de saúde e eu tive que ficar cuidando dela e da casa... E depois eu tive que trabalhar pra poder me sustentar.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Como eu disse antes, tinha um pessoal do colégio que fazia piadas por eu ser um pouco masculina. Um dia me chamaram de mulher macho, e de chupa charque. Na época eu nem sabia o que era chupa charque.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Eu acredito que sim, na época eu não sabia que era discriminação. Não se falava disso, mas eu acredito que trouxe.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Nunca pensei em desistir da escola, mas tu sabe como é a vida né? Complicada demais.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Nunca sofri nenhuma violência não, só tiveram as piadas mesmo.

Entrevista feita dia 11/07/2018, às 13:29 da tarde, na casa da entrevistada: Vitoria.

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino médio incompleto.

2º) Onde mora e onde estuda?

- Em Campina Grande. Estudei no Estadual de Bodocongó.

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 21 anos. Parei de estudar no 2º ano.

4º) Você assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Me assumi em casa e logo depois passei a sofrer muita violência familiar. Minha mãe cortou meu cabelo de faca... Meu pai me ameaçou de morte... Minha irmã disse que era pra nem chegar perto da filha dela. Ah, sofri tanta coisa já, que só Deus... Mas, na escola eu nunca comentei nada sobre gostar de meninas, tinha medo de alguém me julgar.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Na escola eu nunca cheguei a sofrer nada, pelo menos que eu lembre, mas dentro de casa eu sofri várias coisas.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Me afastei da escola sabe, porque não tava aguentando mais viver dentro de casa, aí fui morar com a mulher que eu gosto, e estamos morando juntas a dois anos. A

situação sempre foi difícil. Fui trabalhar vendendo algumas coisas pra poder me sustentar, entende? Não tive mais tempo de voltar a estudar, mas quem sabe um dia eu volto.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Desisti da escola por causa da situação difícil de casa. Conviver com as ameaças é muito difícil.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Na escola eu não sofri nenhuma violência, mas em casa meu pai me batia e muito e tinha as agressões verbais cotidianamente... Mulher que gosta de mulher tem que morrer... essas coisa sabe. Depois que eu vim morar com Corrinha (minha companheira), meu pai me perseguia e perseguia ela, ameaçava matar nós duas, vinha até a porta da nossa, ficava gritando coisas.

ENTREVISTAS DAS MULHERES LÉSBICAS QUE AINDA ESTÃO NA ESCOLA

Entrevista feita dia 12/07/ 2018, as 8:15 da manhã, na casa da entrevistada: NICOLY

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino Médio incompleto.

2º) Onde mora e onde estuda?

- Em Campina Grande. Estudo no PREMEM.

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 16 anos. Sim. 2º ano do Ensino Médio, ainda permaneço estudando.

4º) Você assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Primeiro eu me assumi em casa, e lá tive uma reação melhor do que eu esperava, porque sempre sofri ameaças em casa só porque podia ser que eu fosse sapatão, sabe? Mas que tive uma aceitação até um pouco rápida depois que eu me assumi. Já na escola, eu só me assumi no ano passado, durante o 1º ano escolar... Depois que tive minha primeira experiência de ter ficado com pessoas do mesmo sexo.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Durante a maior parte da minha vida escolar eu tentei passar sem ser notada, porque eu não sabia definir o que eu sentia pelas pessoas e também porque eu achava errado sentir aquele tipo de atração por gente do mesmo sexo. E isso fez com que eu ficasse tentando parecer ser uma pessoa que eu não era, fazia questão de reafirmar minha feminidade, mas que não serviu de muita coisa não, sabe? Já que meu jeito era percebido pelos outros e por isso faziam piadas. Também fui chamada de sapatão gordinha e mulher macho, e isso me fez odiar certas pessoas. Cheguei até a desejar que elas nunca mais fizessem parte da minha vida. Mas agora no 2º ano do Ensino Médio, eu encontrei um grupo de amigos e eles me ajudaram a me redescobrir e aceitar a minha sexualidade. Hoje lido melhor com ela.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Eu reprovei um ano da escola por me afastar mais da escola pra ficar na internet, online, mexendo nas minhas redes sociais. Isso acabou me deixando ser eu... me dando a liberdade de lá ser verdadeiramente eu... sem tantas preocupações. Então, eu preferia ficar em casa do que ir para escola, aí acabei perdendo o ano.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Olha... por mais difícil que tenha sido alguns anos, eu nunca pensei em desistir da escola. Eu não penso em desistir, porque eu acho escola muito importante. Ah, eu também sei que meu desejo por mulheres não vai passar, e que o convívio com meus pais, pela atitude que tiveram quando me assumi, iria ficar cada vez mais difícil. Como eu vejo a escola como uma possibilidade de futuramente conseguir algum sustento e sair de casa, não quero sair da escola. Pretendo um dia não precisar de satisfação a ninguém, vivendo num canto só meu, onde eu possa me sentir à vontade para ser quem eu realmente sou.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Não sei se isso é violência, mas já sofri empurrões em algumas filas da merenda, já fui cuspidada uma vez enquanto conversava com uma amiga, também. Eu era sempre alvo daquelas bolinhas de papel durante as aulas, e isso aconteceu em basicamente todos os anos escolares que passei. As agressões diminuíram um pouco esse ano, acho que foi porque tenho um grupo diferente de gente mais próxima.

Entrevista realizada no dia 12/07/2018, às 7:00 da manhã, no Município de Queimadas, na residência da entrevistada: Manu.

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino Médio incompleto.

2º) Onde mora e onde estuda?

- Moro em Queimadas. Estudo na escola da Prata.

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 16 anos. Faço 1º ano do Ensino Médio.

4º) Você assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Sou assumida em casa e na escola. Em casa foi complicado, bem complicado na época, porque minha mãe é uma pessoa bem rígida, então quando eu conversei com ela, ela fez muito muído, disse muita coisa comigo, disse até que preferia ter uma filha prostituta a ter uma filha sapatão e muitas outras coisas... Nessa escola por incrível que pareça [...] mais tranquilo.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Nessa escola é tranquilo, nunca sofri nada não. Ando de mãos dadas com minha namorada e ninguém nunca disse nada. Mas, na outra escola onde eu estudava foi mais complicado, porque foi quando eu comecei a me assumir. Aí tinha alguns olhares da galera, foi bastante complicado.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Não.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Também não, nunca pensei em desistir da escola não.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Graças a Deus nunca sofri nada não.

Entrevista realizada no dia 12/07/2018, às 9:38 da manhã, no Colégio Estadual da Prata: Késia.

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino Médio incompleto.

2º) Onde mora e onde estuda?

- Sou daqui de Campina Grande mesmo. Estudo na Escola da Prata.

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 18 anos. Faço 2º ano do Ensino Médio.

4º) Você assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Sim, na escola e em casa. Em casa foi bem difícil, minha mãe não aceita até hoje. Na escola foi tranquilo.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Na escola não, na escola eu encontrei amigos que também são da diversidade, aí nunca rolou nada não.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Não.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Por discriminação não. Já pensei em desistir de estudar pra trabalhar e ter minha independência, sair de casa e não depender mais do meus pais. Mas, até agora isso não aconteceu não.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Na escola não, mas uma vez eu e minha mãe estávamos discutindo e ela me bateu com um skate e eu fiquei toda roxa, passei o dia fora de casa, quando eu voltei ela me tratou como se nada tivesse acontecido. Tu acredita? Quando ela tá com raiva ela também me chama de sapatão.

Entrevista realizada no dia 12/07/2018, às 15:16 da tarde, na residência da entrevistada: Thalia.

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino Médio incompleto.

2º) Onde mora e estuda?

- Campina Grande. Estudo na escola Escritor Virginius Da Gama e Melo

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 20 anos. Sim, estou cursando o 3º ano do Ensino Médio.

4º) Você assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Em casa me assumi apenas para minha mãe. Já na escola, assumi para todos.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Sim. Algumas pessoas olhavam torto, outras se afastavam cada vez mais de mim.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Reprovi um ano da escola, porque não aguentava as piadas sobre meu peso, me chamavam de baleia, sapatão obesa, entre outras piadas. Aí eu preferia ficar na rua ou em casa, qualquer lugar que não fosse a escola, né... Como eu faltava muito, não conseguir acompanhar o 2º ano, então reprovei. As piadas sobre meu corpo era mais frequente do que as piadas sobre minha orientação. Esse ano tudo mudou com a chegada do professor de Língua Portuguesa, que é gay. Ele não aceita esses tipos de piadas nas aulas dele, e às vezes ele faz umas discussão sobre respeitar o outro. Aí a galera parou um pouco com as piadas.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Sim, quando a galera da escola me chamava de baleia, rolha de poço! Eu não gostava de ouvir, queria deixar a escola pra nunca mais ouvir essas coisas.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Alguns empurrões indo pro banheiro, não sei se é violência, mas a galera ficava dizendo que por eu ser gorda eu nunca ía pegar ninguém.

Entrevista realizada no dia 13/07/2018, às 9:16 da manhã, no Colégio Estadual da Prata: Luana.

1º) Qual seu nível de escolarização?

- Ensino Médio incompleto.

2º) Onde mora e onde estuda?

- Na cidade de Campina Grande. Estudo na escola E.E.E Fundamental e Médio Nina Alves de Lima.

3º) Idade? Ainda estuda? Em que nível ou parou?

- 17 anos. Atualmente curso o 3º ano do Ensino Médio.

4º) Você assumiu sua orientação sexual no espaço domiciliar e escolar?

- Somente no espaço escolar e pra algumas pessoas da família.

5º) Esta (posição) trouxe discriminação na sua vida escolar? De que forma?

- Sim, no início do Ensino Médio quando eu ainda não tinha nem me descoberto enquanto lésbica e até evitava pensar sobre isso, era constantemente taxada como sapatão por colegas de turma e isso fazia com que eu me afastasse da minha própria turma. No 2º e agora no 3º ano a maioria dos meus colegas são LGBTs, o que me ajudou na aceitação da minha sexualidade, mas também para o aumento de discriminação de algumas pessoas da minha turma.

6º) Isto trouxe afastamento no seu nível escolar?

- Pouco, algumas vezes queria faltar pra não ter que escutar certas coisas.

7º) Você já pensou em desistir da escola, por algum processo de discriminação?

- Não, nunca pensei.

8º) Já sofreu alguma violência na escola?

- Sim, estava com uma namorada, também aluna da escola. Estávamos no estacionamento e alguns meninos chegaram, nos empurraram e falaram várias coisas pra gente. Nos chamavam de rapariga, sapatão! Foi terrível!